

Carlos Américo Pacheco
engenheiro eletrônico (ITA),
doutor em economia (Unicamp),
professor do Instituto de Economia da Unicamp

A conhecida imagem de nosso planeta à noite – retratando a emissão de luz produzida pelo homem – talvez seja umas das mais reveladoras ilustrações da imensa concentração do desenvolvimento. Quase todas as regiões mais luminosas se concentram no hemisfério norte. Ao sul da linha do Equador, pouquíssimas áreas se destacam: algumas cidades australianas; as regiões mais populosas da Indonésia; o entorno da Cidade do Cabo, na África do Sul; as regiões metropolitanas de Buenos Aires e de Santiago do Chile, na América do Sul. Mas, “abaixo” do Equador, como se diz, impressiona que o maior destaque seja o conjunto das áreas urbanas do Sudeste brasileiro: uma extensa mancha que interliga Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Dois aspectos chamam atenção nesta imagem: de um lado, a intensidade do brilho da Região Metropolitana de São Paulo; de outro, o fato que, no Estado de São Paulo, este brilho não se limita ao entorno da capital, mas se estende por uma larga parte do território. As metrópoles de São Paulo e a rede de cidades do interior do Estado constituem um território ímpar, em termos do Brasil e do mundo em desenvolvimento.

Este Atlas “ilumina” nossa compreensão sobre São Paulo. Além das figuras iniciais que situam o território paulista no Brasil e no mundo, o *Atlas da Economia Paulista*, elaborado pela Fundação Seade, reúne um vasto conjunto de informações: rede urbana; infra-estrutura; distribuição espacial das atividades econômicas, da riqueza, do emprego, da renda e do conhecimento; além de indicadores-síntese das condições de vida. Muitas destas informações são inéditas, especialmente aquelas referentes aos resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep. Entretanto, é o conjunto das informações reunidas aqui e também seu tratamento cartográfico de alta qualidade que transformam este Atlas numa publicação preciosa, que auxilia a entender a dinâmica de evolução da economia paulista.

Os nexos de São Paulo com o mundo podem ser sumarizados pelas figuras que abrem este Atlas. Os fluxos de comércio revelam uma diversidade extraordinária de parceiros e a predominância dos mercados dos países desenvolvidos, tanto para exportações quanto para importações. Os vôos internacionais e o fluxo de turistas são outras expressões desta conexão de

São Paulo com o mundo: apesar de não atrair um fluxo significativo de turismo convencional, o Estado está ligado a todas as principais regiões do mundo e é destino de quase 20% dos estrangeiros que visitam o Brasil. A origem do investimento estrangeiro também revela esta pluralidade de parceiros internacionais, com destaque para Estados Unidos, Espanha, Alemanha e Portugal. São Paulo é cada vez mais um espaço econômico integrado ao mundo. Já o era quando do apogeu da economia cafeeira. A novidade é a diversificação da economia e dos nexos que o ligam ao mundo. Uma marca de modernidade que convive ainda com características próprias de uma região em desenvolvimento.

O crescimento populacional de São Paulo vem diminuindo desde os anos 80, não apenas em razão do menor crescimento vegetativo, mas especialmente da sensível redução da migração com origem em outros Estados. Este fenômeno veio acompanhado de uma convergência das taxas de crescimento populacional dos diversos estratos de tamanho dos municípios (grandes, médios e pequenos). A sensível redução do crescimento populacional da cidade de São Paulo foi acompanhada, na década de 80, pelo maior crescimento populacional do entorno metropolitano da capital e das cidades médias do interior. Nos anos 90, esta tendência prosseguiu de forma atenuada, com crescimento populacional mais significativo do entorno das novas metrópoles do interior e das novas aglomerações urbanas. O relevante é notar que antigas áreas de baixo crescimento ou que apresentavam redução absoluta de população vão progressivamente perdendo estas características. Consolidam-se a hierarquia da rede urbana paulista e a posição relativa das diversas cidades, como mostram os mapas de evolução histórica da densidade demográfica por município, que evidenciam a maior densidade das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, mas também revelam a importância relativa dos novos aglomerados e de inúmeras cidades do interior.

Um retrato dos diferentes ritmos – no espaço – da transição demográfica de São Paulo é proporcionado pelos mapas da estrutura etária da população. No conjunto, São Paulo já apresenta uma estrutura etária própria de uma sociedade em transição, em que os grupos entre 20 e 29 anos predominam, com menor peso relativo de todos os demais, notadamente dos grupos etários mais jovens. Curiosa é a distribuição deste perfil por idade segundo os municípios do Estado. São Paulo parece quase dividido ao meio: ao norte e oeste, é nítido o predomínio na pirâmide etária de cada município – relativamente ao restante do Estado – das populações de idade mais elevada; ao sul e leste, ao contrário, destacam-se as populações mais jovens. Em todas as regiões predominam estruturas etárias próprias do processo de transição demográfica, mas, vistas comparativamente umas às outras, estas diferenças relativas ganham expressão, refletindo as diferenças de fecundidade, de esperança de vida e do perfil da migração em cada região.

A hierarquia do sistema de cidades – um subproduto da história de ocupação do território, em especial da economia cafeeira e de suas ferrovias, requalificada pela industrialização – reflete-se na dotação da infra-estrutura, no desenho e nas características da malha rodoviária e dos aeroportos. É uma invejável infra-estrutura de transportes, que assegura condições de acessibilidade e competitividade à economia paulista. Seus complementos são a hidrovia Tietê-Paraná, os contornos rodoviário e ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, ainda em construção, e os portos. As estatísticas de movimentação de carga destacam os papéis dos portos de Santos e São Sebastião e dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

O movimento de passageiros evidencia o papel dos aeroportos de Congonhas e de Guarulhos, os maiores do país, com mais de um milhão de passageiros por ano. Com movimentações em dimensões bem menores, aparecem os aeroportos regionais de Viracopos, São José dos Campos e Sorocaba. Mas o que chama atenção, reforçando a centralidade de São Paulo no sistema urbano brasileiro, é o número de conexões da cidade de São Paulo com o restante do país. A capital paulista não é apenas a principal porta de entrada no Brasil, mas o centro urbano mais bem conectado com todo o território.

A distribuição da frota de veículos, do movimento postal ou a dotação de outras infra-estruturas – energia, água, distritos industriais, telefonia, Internet – permite qualificar ainda mais o território. O sistema elétrico está totalmente interligado, abastecido pelas usinas hidrelétricas instaladas na rede hídrica do próprio Estado ou por empresas como Itaipu, Furnas e Cemig. Os gasodutos recém-construídos atravessam o Estado, com gás da Bolívia e da bacia de Campos, conectando-se com o Sul do Brasil. Há áreas disponíveis e boa dotação de infra-estrutura para instalações industriais em praticamente todo o Estado. O abastecimento de água ocorre predominantemente pela captação superficial nas regiões sul e leste do Estado e pela captação subterrânea ao norte e oeste. Destes indicadores, os que mais chamam atenção são a densidade de veículos por habitante e a teledensidade, refletindo uma relativa similaridade de condições em toda a faixa norte, leste e oeste de São Paulo. Os parâmetros abaixo da média estadual restringem-se às regiões de Registro e Itapeva. Mas a grande diferença interna ao Estado está no peso da cidade de São Paulo quando se mapeiam os domínios na Internet e sua densidade relativa. Se o acesso à Internet está bem difundido no interior (como reflete a teledensidade), a expressão econômica e cultural da Internet, na forma da produção de conteúdos, é um fenômeno concentrado na capital e em poucos municípios do Estado.

Os mapas da distribuição da atividade econômica pelos municípios do Brasil dão uma dimensão do significado da Região Metropolitana de São Paulo e do interior do Estado. O valor adicionado da indústria e dos serviços segue um padrão comum, concentrando-se numa mancha que abarca o Sudeste do país, suas metrópoles e cidades médias interioranas. No Norte e no Nordeste, estas atividades praticamente se restringem às principais capitais regionais; no Sul, no Centro-Oeste, em

Minas Gerais e no Rio de Janeiro é também nas capitais regionais que se concentra grande parte do valor adicionado dos serviços e indústria. Entretanto, nestas regiões, já é visível o destaque de muitas cidades do interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, sul de Goiás, sul de Minas e triângulo mineiro.

A distribuição em São Paulo é ímpar: a Região Metropolitana de São Paulo segue sendo o *locus* principal da atividade industrial e de serviços do país, mas o significativo peso da atividade econômica no interior do Estado não encontra paralelo no resto do país. As próprias “manchas” que se estendem pelo sul de Minas, triângulo mineiro e norte do Paraná aparecem nestes mapas como extensões do território paulista. Nas atividades agropecuárias, poucas regiões brasileiras rivalizam com o interior do Estado: apenas o noroeste do Rio Grande do Sul, o oeste do Paraná e pontos isolados dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás.

As atividades agropecuárias têm maior expressão nas Regiões Administrativas de Campinas, Ribeirão Preto, Central, Barretos e Franca. Mas a evolução das principais atividades – notadamente as lavouras de cana-de-açúcar e de laranja – mostra sua relativa difusão pelo conjunto do território paulista, ao contrário de cultivos mais especializados, como café, milho, soja, batata ou feijão; ou da criação animal.

Como consequência da distribuição das atividades industriais, de serviços e da agropecuária, a geração da riqueza concentra-se na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões de governo próximas, como Santos, Campinas, São José dos Campos, Jundiaí e Sorocaba, além de Ribeirão Preto. A distribuição segundo regiões de governo revela os principais eixos do que já foi chamado de “interiorização do desenvolvimento”.

Mas esta visão macro da distribuição da riqueza deve ser relativizada por um outro indicador: o Produto Interno Bruto – PIB municipal. Quando se examina em detalhe a distribuição do PIB por municípios, fica evidente que, ao lado da cidade de São Paulo, coexiste um número expressivo de municípios com PIBs relativamente elevados, embora com valores absolutos menores que o da capital. Valores bem abaixo da média são encontrados apenas no extremo sul do Estado (Registro), em alguns municípios do Vale do Paraíba e em cidades pequenas do oeste paulista. O indicador do PIB municipal *per capita* é ainda melhor para sintetizar este panorama, evidenciando também as regiões abaixo da média: os municípios de base agrícola do Vale do Paraíba; o litoral norte e sul do Estado; o Vale do Ribeira; a região de Itapeva; alguns municípios no entorno de Marília e no extremo oeste do Estado. São encontrados valores bem acima da média nos municípios de base industrial do Vale do Paraíba, na cidade de São Paulo, no ABC paulista e em toda a faixa que vai da capital em direção ao norte do Estado, passando por Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, incluindo todo o norte e noroeste do Estado. A enorme extensão desta área

de PIB *per capita* acima da média ajuda a relativizar visões tradicionais que interpretam o desenvolvimento do interior como mero transbordamento do crescimento econômico da capital.

Os mapas referentes ao número de unidades locais da indústria, dos serviços, do comércio e as informações de agências e depósitos bancários reforçam a noção de hierarquia da rede de cidades de São Paulo. Os números absolutos de unidades locais seguem de perto a ordem já referida do sistema urbano. Este fato é especialmente marcante para o setor de serviços e para o número de agências ou o valor dos depósitos bancários, que dependem tanto da atividade econômica em si como da massa da renda regional. A maior dimensão dos mercados situados nestas localidades reflete-se de forma indireta em outro indicador: os tamanhos médios dos estabelecimentos são maiores nas regiões mais desenvolvidas e nos centros de porte médio. Nas demais regiões, ao contrário, nas estruturas setoriais do comércio, da indústria e dos serviços, predominam os pequenos estabelecimentos.

Se a distribuição de unidades locais salienta a centralidade da Região Metropolitana de São Paulo e dos grandes centros urbanos, a evolução dos vínculos empregatícios revela a outra face do ajuste econômico dos anos 90: a forte redução do emprego formal. O principal mercado de trabalho do país é o da Região Metropolitana de São Paulo. Entre 1991 e 2000 o número de vínculos formais reduziu-se de quase 350 mil postos de trabalho na cidade de São Paulo. Combinam-se aqui as tendências – bem mais atenuadas que no final dos anos 70 e início dos 80 – de desconcentração da atividade industrial em direção ao interior e baixo crescimento do conjunto do país. A *performance* da região metropolitana, em especial da capital, depende essencialmente do desempenho do conjunto da economia nacional.

Em razão da predominância das atividades de serviços – pessoais ou de apoio à produção –, e da continuidade da desconcentração industrial, a RMSP tende a crescer menos que a média nacional nos períodos de baixo crescimento, e acima da média quando o crescimento se acelera. A natureza dos ciclos recentes acentua o comportamento depressivo sobre o mercado de trabalho: a abertura comercial elimina mais postos de trabalho na região metropolitana do que em outras áreas. E mesmo quando as exportações crescem, seu impacto positivo sobre o emprego não é suficiente para contrapor-se à redução do emprego formal.

Em parte, deve-se reconhecer, este fato se explica também pela cidade de São Paulo sempre ter se caracterizado por um mercado de trabalho bem mais “formalizado” do que todo o restante do país, incluindo o interior do Estado. A RM de São Paulo foi o principal *locus* da industrialização brasileira. E, contrariamente a muitas grandes metrópoles do mundo, nunca deixou de ser um importante centro manufatureiro. O mesmo ocorre, em intensidade até maior, com o setor de serviços.

O movimento recente de “informalização” ou de “precarização” do mercado de trabalho metropolitano tende a reduzir suas diferenças com o restante do país: amplia o desemprego, reduz o salário médio e contribui para ampliar o fenômeno da pobreza metropolitana.

Esta convergência não elimina, contudo, as diferenças entre a RM de São Paulo e o restante do Estado (e também do Brasil). Os salários médios seguem sendo maiores, para qualquer nível de escolaridade. As dimensões absolutas dos mercados formais na indústria e nos serviços também. Por conseguinte, a massa salarial é significativamente maior, reforçando o papel do setor serviço na estrutura do emprego.

O que diferencia positivamente a região metropolitana e poucos centros urbanos de maior porte, como Campinas, é a natureza e a dimensão dos mercados de trabalhos profissionais (ocupações técnicas) e do conjunto da infra-estrutura tecnológica, de ensino superior e de pesquisa. Há um número significativo de universidades, escolas técnicas de nível superior e médio, centros de formação de mão-de-obra técnica distribuídos pelas cidades de porte médio do interior do Estado. Mas esse número é maior na Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas. Bem mais concentrados são os indicadores referentes à pesquisa científica ou à infra-estrutura tecnológica. A infra-estrutura de certificação e normas técnicas, de laboratórios de ensaio, laboratórios de calibragem, a produção científica, o número de empresas inovadoras, o pessoal alocado em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas, ou a quantidade de empresas com páginas na Internet revelam uma concentração que não encontra paralelo em nenhum outro indicador deste Atlas. Aqui a região metropolitana revela seu potencial de atração de talentos e de criatividade. No interior do Estado despontam poucas cidades: Campinas, São Carlos, São José dos Campos e Ribeirão Preto estão entre elas.

Os mapas relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) trazem as melhores indicações sintéticas sobre a evolução das condições de vida no Estado, segundo seus municípios. Entre 1991 e 2000, o IDH médio do Estado melhorou e isto ocorreu para qualquer tipo de município (pequeno, médio ou grande; metropolitano ou não metropolitano). Além da melhora, ocorreu uma redução da dispersão do índice municipal. Ou seja, as diferenças relativas entre eles diminuíram, tornando a qualidade de vida nos diversos municípios menos desigual. As razões desta melhoria decorrem de mudanças positivas nos três componentes do índice: a esperança de vida ao nascer (longevidade); a escolaridade; e a renda *per capita*. A principal melhoria absoluta foi nos indicadores de escolaridade, seguindo-se a melhora na longevidade e, por fim, na renda. Mas é interessante notar que o indicador que mais contribuiu para a redução

da diferença entre os municípios (dispersão) foi a renda *per capita*. Ou seja, os diferenciais de renda entre municípios reduziram-se mais rapidamente entre 1991 e 2000.

O IPRS detalha as informações de condições de vida em São Paulo, qualificando as informações do IDH, nas dimensões riqueza, longevidade e escolaridade. Pela natureza mais detalhada da construção do índice, o IPRS melhor discrimina os diversos tipos de municípios. Novamente fica evidente que o que mais distingue os diversos municípios de São Paulo é a dimensão riqueza, enquanto a variável que menos discrimina é a longevidade. A dispersão da variável riqueza chega a ser duas vezes maior que a da longevidade. Cerca de 70 municípios apresentam nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, enquanto no outro extremo 104 municípios encontram-se entre aqueles com índices mais desfavorecidos, tanto em riqueza com nos indicadores sociais. As áreas com índices mais desfavoráveis concentram-se nas regiões do Vale do Ribeira, no oeste paulista e nos municípios de base rural do Vale do Paraíba. É a variável riqueza que se destaca nos entornos das regiões metropolitanas, onde os indicadores sociais não são favoráveis. As melhores situações ocorrem nas sedes metropolitanas e nos municípios de maior porte, revelando muitas vezes a heterogeneidade existente nos grandes aglomerados urbanos.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS permite uma visão mais detalhada das condições de vida dos municípios e das situações específicas internas a cada área metropolitana, a partir de uma avaliação da situação socioeconômica dos chefes de domicílios (renda e escolaridade) e da posição do grupo familiar ao longo ciclo vital (famílias jovens, maduras e idosas). Em relação à população de cada município, as áreas mais vulneráveis estão localizadas nas Regiões de Governo de Registro e Itapeva, mas também no centro sul do Estado, na Baixada Santista e em menor grau na Região Metropolitana de São Paulo. Também em função das dimensões absolutas de suas populações, a heterogeneidade das regiões metropolitanas é marcante: nestas áreas concentram-se os maiores contingentes absolutos de população não vulnerável e os maiores contingentes de população vulnerável.

O detalhamento do IPVS interno às áreas metropolitanas permite distinguir melhor a heterogeneidade destas regiões e os efeitos da segregação socioespacial: fica clara a distinção entre periferias com alta vulnerabilidade e regiões centrais com nenhuma vulnerabilidade. Mas fica evidente também que esta situação não comporta apenas gradientes lineares, que se estendem do centro em direção à periferia. Pontos de nenhuma vulnerabilidade se estendem também em direção aos entornos das metrópoles, sugerindo fenômenos mais complexos de diferenciação dos espaços intrametropolitanos.

Os mapas de valor adicionado da indústria, segundo as áreas de agregação da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep evidenciam os distintos graus de especialização e diferenciação da estrutura industrial de cada região. Como se

sabe, a indústria é mais diversificada nas regiões metropolitana de São Paulo, em Campinas, no Vale do Paraíba, Sorocaba e na Baixada Santista. Nas demais regiões do interior, é significativamente maior o peso da indústria de alimentos e bebidas ou de segmentos como couros e calçados, nos casos de Araçatuba e Franca.

Estão mais concentrados na área metropolitana de São Paulo os segmentos de alimentos e bebidas, editorial e gráfica, vestuário e acessórios, produtos químicos, borracha e plásticos, metalurgia, máquinas e equipamentos, informática, material de escritório e aparelhos médicos. No interior são relativamente mais importantes os segmentos de outros materiais de transporte (aeronáutica) em São José dos Campos, têxtil, material eletrônico, refino de petróleo e produção de álcool em Campinas, artefatos de couro em Franca, enquanto a indústria extrativa, de papel e celulose e de minerais não-metálicos se distribui por várias regiões. A automotiva segue concentrada no ABC paulista, com destaque também para o Vale do Paraíba.

O valor adicionado nas atividades de serviços prestados às empresas, com exceção dos serviços ligados às atividades agropecuárias, está essencialmente concentrado na cidade de São Paulo, ou no entorno da metrópole. O mesmo ocorre – muito em função da dimensão absoluta da área metropolitana – com outros serviços, como comunicações, saúde e educação, serviços pessoais e culturais.

A distribuição da atividade econômica pelos municípios de São Paulo é um destaque deste Atlas. São apresentados indicadores de concentração, localização e especialização regional das principais atividades econômicas. Estes indicadores permitem verificar a distribuição espacial e identificar especializações regionais. Três indicadores são utilizados: coeficiente de especialização da região, que compara a estrutura produtiva da região, para cada setor, com a estrutura produtiva de São Paulo, variando entre 0 (pouco especializado no setor) e 1 (muito especializado no setor); coeficiente de concentração, que mensura o peso relativo da indústria da região no total do Estado (maior ou menor participação no total do setor); e coeficiente de localização, que compara a participação percentual da região, em cada setor, com a participação percentual da mesma região no total do emprego do Estado. Se o valor for maior do que 1 significa que a região é relativamente mais importante no contexto estadual neste setor, do que em termos gerais de todos os setores.

A distribuição dos diversos setores de atividade industrial, do comércio e de alguns serviços está retratada em uma série de mapas. Este conjunto permite fazer uma análise exaustiva da distribuição, concentração e especialização da atividade econômica em São Paulo, bem como visualizar as diversas especificidades regionais, atendendo uma demanda crescente de informações para políticas locais de suporte ao desenvolvimento econômico. Uma síntese deste panorama pode ser obtida quando se analisa a distribuição dos grandes segmentos da indústria e da atividade terciária:

- bens de consumo não-durável: concentrados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, em Sorocaba, Franca e Araçatuba, mas especialização e localização acentuadas no oeste do Estado;
- bens intermediários: concentrados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, em Sorocaba e São José dos Campos, mas especialização e localização acentuadas no sul do Estado, na Baixada Santista e em alguns municípios do Vale do Paraíba;
- bens de capital e consumo durável: concentrados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, em Sorocaba, São José dos Campos e Taubaté, com especialização e localização acentuadas nas regiões de São José dos Campos, Taubaté, Piracicaba e São Carlos;
- comércio: concentrado nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, em Sorocaba, Ribeirão Preto e na Baixada Santista, com especialização e localização acentuadas nas regiões sul e central do Estado,
- serviços: concentrados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, em Sorocaba, Ribeirão Preto e na Baixada Santista, com especialização e localização acentuadas no entorno das áreas metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Um último conjunto de mapas inéditos encerra o *Atlas Seade da Economia Paulista*. Trata-se de cartogramas de distribuição territorial da atividade econômica, utilizando para tanto o valor adicionado, o pessoal ocupado e as unidades locais, por setor de atividade. Estes mapas descrevem a distribuição no espaço das principais atividades nas regiões mais industrializadas do Estado. A técnica utilizada permite identificar, para além das divisas municipais, a forma com que estas atividades estão alocadas no território de São Paulo. Também é possível uma análise exaustiva da distribuição geográfica da atividade econômica em São Paulo, em complemento aos índices de concentração, localização e especialização regional.

A geografia da indústria, do comércio e dos serviços torna-se mais inteligível com estes cartogramas. O papel das ferrovias, das rodovias e da rede urbana salta aos olhos. A constituição do ABC paulista, do Vale do Paraíba e da região de Campinas fica mais clara quando se identificam a atividade econômica e a dotação da infra-estrutura de transportes que as interligam com a cidade de São Paulo. Mas fica evidente também a distribuição da indústria dentro da cidade de São Paulo. É uma informação que permitirá ler o território paulista com novos olhos, para além da divisão clássica das informações municipais, determinando melhor a dinâmica da atividade econômica em seu território.

Como qualquer território, a geografia do Estado de São Paulo formou-se sob a influência de sua história econômica. Cada ciclo, cada nova etapa atualizava o passado, tornava-o parte da história presente. Os novos acontecimentos valiam-se das heranças deixadas pelos ciclos anteriores. Os territórios e as cidades, mais do que tudo, são exercícios dessa penosa marcha dos acontecimentos. Mesmo aquelas localidades que parecem mortas acabam sendo atualizadas pelos novos acontecimentos. E o que impressiona em São Paulo é a velocidade da mudança. A metrópole de São Paulo é seu maior exemplo: poucas das grandes cidades mundiais estão entre aquelas verdadeiramente construídas no “nosso” longo século XX, que se inicia com re-fundação de São Paulo, depois de 1872.

Paul David, num precioso ensaio,¹ consolidou essa noção na idéia de que a história importa e de que o futuro está condicionado pelas trajetórias selecionadas ao longo do caminho. É como se ele houvesse se inspirado em uma descoberta anterior, bem brasileira, de que a dialética está no meio do caminho, na travessia... A imagem que sugere essa visão de uma herança acumulada com o passar dos tempos é a de camadas geológicas, que são superpostas pelos acontecimentos. Ali são depositadas as marcas do passado, permanentemente revividas pelos novos acontecimentos. Assim são as cidades e a geografia econômica de São Paulo: uma herança que se atualiza permanentemente, mas uma herança. Uma herança da economia colonial, atualizada pelo café, pelo algodão, pela cana-de-açúcar. Em especial, uma herança atualizada pelos caminhos da indústria, que reinventou suas cidades e sua hierarquia, que transformou a cidade de São Paulo no embrião dessa imensa metrópole e que deu contornos definitivos ao seu sistema de cidades.

Esse *Atlas* é um convite para trilhar esse caminho. Não é apenas um retrato atual dos fatos. É mais do que isso, conta um pouco da história de como a geografia de São Paulo formou essa iluminada parte do planeta Terra.

1. David, Paul. Clio and the Economics of QWERTY. *American Economic Review*, 75 (2), May 1985.